

AS CRIANÇAS E A INTERNET EM PORTUGAL

Perfis de uso

Ana Nunes de Almeida, Nuno de Almeida Alves e Ana Delicado

Introdução: temas e problemas

A expansão e a privatização das novas tecnologias de informação e comunicação na Europa constituem um fenómeno recente e maciço. Os cenários de vida e as relações entre as pessoas, particularmente nas famílias, escolas e empregos, têm sido afectados ou reconfigurados pela existência, diversificação e apropriação individual e colectiva de novos equipamentos tecnológicos e digitais, nomeadamente a internet (Silverstone e Hirsch, 1992). Dados do Eurostat evidenciam a sua ampla difusão na UE27: 67% de utilizadores da internet em 2009, entre o mínimo de 37% (Roménia) e o máximo de 90-91% (Holanda, Suécia). O avanço deste processo entre as crianças é particularmente notável: os utilizadores (entre os 6 e os 17 anos) aumentaram de 68% em 2005, para 75% em 2008, graças ao acesso crescente das franjas mais novas (entre os 6 e os 13 anos) (McQuillan e d'Haenens, 2009). Em 2009, a penetração da internet em Portugal, apesar de modesta entre adultos (48%), é quase universal (95%) entre os menores de 15 anos.¹ Crianças e jovens ocupam, de facto, lugares de destaque no processo de inovação tecnológica. As estatísticas oficiais confirmam que são as famílias com filhos aquelas que mais rápida e intensamente se convertem aos novos média e os trazem para dentro de casa (Livingstone e outros, 2008).

Num cenário onde os índices de fecundidade baixam drasticamente, a procura tão intensa das TIC prende-se, a montante, com valores novos sobre a infância e a criança, a mobilização educativa das famílias. Em todos os meios sociais, os pais contemporâneos, envolvidos numa lógica de pedagogização do quotidiano, reconhecem a importância da internet como instrumento de apoio ao trabalho e desempenho escolares dos filhos e, por isso, investem na compra de novos bens e serviços. Ao mesmo tempo, revelam uma crescente apreensão com a sua segurança no espaço público, o mundo fora de portas, muitas vezes encarado como lugar de imprevisibilidade e risco, onde figuras predadoras como “estranhos perigosos” (Valentine e outros, 2004) podem ameaçar a integridade física e psicológica de crianças indefesas. Estas duas preocupações constituem pois um poderoso incentivo para que os pais procurem criar, em casa, um ambiente protegido e estimulante, dotado de um paleta de média diversificada e atractiva, onde a criança aprende e passa os seus momentos de lazer. Como sublinha Livingstone (2003), “a casa está a ser transformada no lugar de uma cultura multimédia”.

O processo de institucionalização e domesticação da infância (Brannen e O'Brien, 1995), através do qual se procura afastar as crianças dos perigos da rua,

1 Ver: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database

colocando-as a salvo em contextos fechados, organizados e vigiados por adultos, encontra aqui uma expressiva ilustração. Contudo, o pressuposto parental da sua circunscrição exclusiva ao mundo privado da casa e ao terreno educativo é paradoxal: a criança desenvolve através da internet muitas actividades para além das estritamente escolares (por exemplo: comunicação com os pares, jogar, ver vídeos); a partir do computador, transgride fronteiras (entre espaço público e privado, entre os domínios *online* e *offline*) e acede ao mundo global. O “pânico moral” da rua transfere-se agora para o mundo virtual, conotado pela opinião pública com as realidades de abuso, risco, exploração infantis.

Na Europa, a investigação sobre o acesso e o uso das novas tecnologias por parte das crianças adquire visibilidade desde 2000 (Livingstone, 2003). Cerca de dois terços destes estudos adoptam porém como alvo privilegiado os *teenagers* (em especial a franja etária dos 14-15 anos) (Danoso e outros, 2009) e versam tópicos como a utilização da internet no quotidiano, as actividades e interesses *online*, as sociabilidades infanto-juvenis, as aprendizagens na escola, as oportunidades e os riscos associados à navegação.

A entrada das crianças (como unidade de análise ou inaugurando problemáticas específicas) nos trabalhos sobre a sociedade de informação não é alheia ao florescimento dos estudos inspirados no “novo paradigma sociológico sobre a infância” (Sarmiento, 2000; Prout, 2005; Almeida, 2009). O pressuposto de que a infância não é uma realidade natural (de natureza biológica ou psicológica) mas uma construção social, contingente, produto do tempo e do espaço, estruturada num contexto, é um dos seus princípios. Junta-se o da heterogeneidade interna das experiências e condições infantis, a defesa de que as relações entre as crianças merecem ser estudadas por direito próprio, a partir do seu campo e independentemente do olhar dos adultos. A criança é um “ser no presente” e não apenas “adulto em construção” (Harden e outros, 2000), pelo que a infância não constitui apenas um “momento precursor” (Sirota, 1998), mas uma das idades da vida que merece atenção científica própria. As crianças são sujeitos competentes, co-autores da sua socialização, capazes de prestar informação credível sobre o seu quotidiano, pelo que dar-lhes voz na investigação é o corolário metodológico destes princípios. Se a sociologia da infância vem reclamar a historicidade, especificidade e autonomia da infância (face à adultez, por exemplo), o peso das camadas de população mais jovens entre os utilizadores da internet, o indisfarçável protagonismo e a liderança das crianças entre os *early-adopters* e utilizadores proficientes de novas TIC (McArthur Foundation, 2008), cuja evidência empírica foi constatada pelos sociólogos dos média, não podia deixar de encontrar nesses princípios uma notável ilustração.

Em Portugal, a questão continua escassamente estudada. Trabalhos sobre os usos da TV por parte das crianças trouxeram informação importante sobre consumos e práticas infantis face à televisão, sobre padrões de mediação na família (Pinto, 2000; Pereira, 1998; 2007). Quanto à internet, nota-se que como tema “infantil” começa a despontar em alguns trabalhos académicos (na área da educação e pedagogia, na das organizações ou das culturas infantis — cf. Abrantes, 2001; Vi-seu, 2003; e Barra, 2004, baseados, porém, em amostras não representativas e sub-nacionais (Ponte e Vieira, 2007). Mais recentemente, a integração de uma equipa

portuguesa no projecto EU Kids Online (Livingstone e Haddon, 2009), bem como os estudos sobre a *e-generation* (Cardoso e outros, 2007 e 2009), traduzem-se em contributos relevantes (teóricos e empíricos) sobre temas como a análise comparativa das oportunidades e dos riscos, os modos como os jovens portugueses usam os média e as literacias que possuem nestes domínios.

Vários são os problemas teóricos que percorrem a literatura especializada. Desde logo, a constatação de que a massificação do acesso à internet não equivale a um uso universal ou homogéneo. A dicotomia entre “os que têm e os que não têm” (Livingstone e Bober, 2005), um tema típico dos anos 90, veio a revelar-se demasiado simplista e parcial.

Uma observação inicial: muito embora a difusão maciça da internet seja um facto indiscutível, convém lembrar que o acesso, a partir de casa, não é ainda hoje um dado adquirido para todos. A geografia desta dispersão indica um relevo desigual entre países do espaço europeu, entre regiões no mesmo país (Tsatsou e outros, 2009). E a desigualdade instala-se, também, entre franjas de crianças. Apesar de uma retórica tecnológica por vezes triunfalista (Tapscott, 1998), o acesso à internet (para não referir o seu uso mais proficiente) concentra-se nas famílias mais favorecidas e abrange pelo contrário segmentos mais restritos entre as famílias desfavorecidas (Lee, 2008). Por outro lado, há evidência de crianças que, com internet em casa, não a utilizam (Livingstone e Helsper, 2007). A inclusão digital, no que toca ao acesso da população infantil, não é portanto universal. Vale a pena lembrar, entretanto, a diversidade dos modos de acesso, facto que vem diluir o contraste abrupto entre o “ter ou não ter” e revelar outros cambiantes discretos de reprodução de desigualdade: a posse de computadores fixos ou portáteis, a (in)existência de banda larga, o número e a localização dos computadores disponíveis (em espaços comuns ou nos quartos, que encorajam ou inibem a individualização do seu uso) são factores que retratam uma realidade de vários matizes que dificilmente se resume numa fórmula dicotómica. Autores como Buckingham (2007) insistem ainda numa dimensão pouco estudada: o reforço de “um novo fosso digital entre o uso da internet dentro e fora da escola”, ilustração pontual da distância crescente entre o quotidiano infantil fora da escola (impregnado de uma cultura de consumo que valoriza a criança como ser activo e autónomo) e as competências valorizadas pelos sistemas de ensino (que a encaram como ser passivo e subalterno). Na escola, o “choque tecnológico” não parece ter contribuído para significativas inovações pedagógicas: o uso de computador é restrito (em tempo e espaço) e sobretudo directivo (a partir da solicitação do professor) (Sigalès e outros, 2009).

Feitos estes reparos, tem-se vindo a evidenciar, por detrás da vaga de fundo democratizadora, uma transferência das clivagens digitais da entrada do sistema para o seu interior. Sendo condição necessária à entrada na internet, ter computador não significa um uso uniforme das ferramentas tecnológicas disponíveis. Os saberes e usos mais diversificados, sofisticados, estimulantes e proficientes (por exemplo, aqueles que se prendem a actividades criativas e interactivas, por contraste com a simples procura de informação, os jogos e o *e-mail*) estão sistematicamente concentrados em grupos de crianças cujos pais possuem níveis mais elevados de literacia digital e de escolaridade formal (Livingstone e Helsper, 2007;

Buckingham, 2008). A oposição proposta por Prensky (2001) entre “nativos digitais” e “imigrantes digitais”, respectivamente crianças e adultos, implicando aptidão de uns e inabilidade de outros, é, ela própria, posta em causa. Em grupos sociais favorecidos, não só os pais são quem inicia os filhos a utilizar a internet, como os acompanham activamente (e vigiam) nas suas várias etapas de aprendizagem; por outro lado, as duas gerações não constituem compartimentos estanques ou categorias homogéneas, pelo que a co-construção de ambas, em interacção, da literacia e de práticas digitais deve ser tida em conta. Aliás, um dos mais interessantes domínios de mudança, identificados em certos nichos sociais, é justamente constituído pela emergência de uma família tecnológica em rede (Kennedy e outros, 2008). Por outro lado, deve referir-se que são os adultos os responsáveis pela criação e regulação das tecnologias consumidas pelas crianças, bem como por grande parte dos seus conteúdos — e são os adultos que financeiramente beneficiam com elas (Herring, 2008). Dificilmente se pode tomar como um dado adquirido ou como exclusividade a natureza infantil da inovação tecnológica. Tal como a infância, também a geração internet é um constructo adulto.

Finalmente, a idade, a condição de género, a pertença étnica da criança são outros factores de diversidade a ter em conta nos modos de apropriação de novas tecnologias. “Diversidade digital” (McQuillan e d’Haenens, 2009) parece ser o conceito mais rigoroso para descrever o largo espectro dos modos de aceder, compreender, avaliar e criar comunicação na internet.

A rejeição do determinismo tecnológico é outro traço comum à investigação contemporânea. A esse propósito, ora se evoca, em tom pessimista, a morte da infância, responsabilizando-se a tecnologia pela destruição da ingenuidade e inocência das crianças, a escravidão precoce e dependência da máquina, a perda de respeito pela autoridade adulta ou a privação de um meio de socialização protector, afectivo e emocionalmente denso: “as crianças estão a crescer privadas de infância”, sintetiza Buckingham (2006). Ora, numa versão optimista, se anuncia a emergência de uma promissora e revolucionária geração digital “envolvida numa relação de amor apaixonado com os computadores” que, ao contrário das precedentes, vive numa cultura de interactividade, é menos controlada por adultos, se afirma por valores de abertura intelectual e emocional (ao diferente), independência e autonomia, curiosidade e sentido crítico, autenticidade e confiança (Tapscott, 1998). Ambas as perspectivas traduzem, porém, um essencialismo problemático: a tecnologia, só por si, não possui o poder neutro ou isolado para mudar a realidade (Keller e Kalmus, 2009). Os contextos sociais e históricos moldam a inovação e a difusão tecnológicas, estruturam a sua adopção e uso por actores individuais ou colectivos. Por outro lado, a internet não surge “a solo” num cenário vazio de outros média, antes se vem integrar num ambiente onde existem já outros equipamentos e serviços com histórias e usos próprios junto das crianças, que os investiram de significado e os combinam em arranjos variáveis. Por último, é prudente ter em conta as continuidades entre o mundo *online*, dito “virtual”, e o mundo *offline*, “real”: circulando as crianças em/entre ambos, actividades e estruturas das duas esferas influenciam-se mutuamente.

Objectivos e metodologia

Neste artigo apresentam-se e discutem-se resultados de um projecto em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *Crianças e Internet. Usos e Representações, a Família e a Escola*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (Almeida e outros, 2008).² Inspirados na discussão teórica sobre a diversidade digital, isto é, focando-nos na procura e entendimento das desigualdades de acesso e de uso que as crianças fazem da internet, ancorando-as em certos contextos de vida, é nosso propósito:

- caracterizar a posse e utilização da internet em casa;
- identificar os objectivos da sua utilização;
- demonstrar que as crianças se agrupam em perfis distintos de utilizadores (dos “utilizadores incipientes” aos “internautas convictos”, passando pelos “estudantes aplicados” e os “jogadores inveterados”) e que estes não se distribuem socialmente ao acaso.

A informação foi recolhida através de um inquérito por questionário dirigido a crianças, aplicado na Primavera de 2008, a uma amostra de alunos de turmas do ensino obrigatório (4.º, 6.º e 9.º anos), público e privado — segmento etário de população raramente inquirido sobre a utilização da internet em Portugal.³ Procurou-se captar uma parcela alargada, territorialmente dispersa e socialmente diversificada de crianças. Construiu-se uma amostra não aleatória de 60 escolas/agrupamentos, a que corresponderam 180 turmas (3049 inquiridos), estratificada em função do tipo de ensino (público ou privado), região e características socioeconómicas da localidade (poder de compra e nível médio de escolaridade do concelho ou freguesia).

A base de dados resultante foi tratada com o programa SPSS e sujeita a procedimentos de estatística uni, bi e multivariada. No texto apenas são apresentados os cruzamentos e testes estatisticamente significativos.

Ter ou não ter internet: o fosso digital

A internet tornou-se um instrumento de uso quotidiano nas sociedades ocidentais contemporâneas, registando-se as taxas mais elevadas de utilização entre os segmentos mais jovens e escolarizados. Parte deles já cresceu ou efectuou a formação escolar em situação de co-presença com as tecnologias da informação e da comunicação.

2 Consultar o site <http://www.crinternet.ics.ul.pt>.

3 Caso dos inquéritos do INE, que na maior parte dos casos incidem sobre amostras representativas da população entre os 15 e os 74 anos. A população menor de 15 anos foi inquirida apenas nas edições de 2006 e 2008 do Inquérito à Utilização da Internet pelas Famílias. Mais recentemente, a equipa portuguesa do EU Kids Online tem procurado focar o grupo dos 9-18 anos (Ponte e Vieira, 2007). Já a equipa liderada por Gustavo Cardoso tem sobretudo trabalhado a partir da categoria “jovens” (Cardoso e outros, 2007; 2009).

Num tal cenário, não é de estranhar que se encontrem 99% de utilizadores da internet entre os inquiridos. Para além de factores que se jogam na procura social das famílias muito mobilizadas para o sucesso educativo dos seus filhos, há que lembrar as acções recentemente empreendidas pelo governo português, nomeadamente o Plano Tecnológico da Educação e os programas e-Escola e e-Escolinha (este último já posterior à execução do inquérito), que incidiram sobre os equipamentos escolares e a distribuição subsidiada de computadores e serviços de ligação à internet pelos alunos dos três níveis do ensino básico e secundário.

A detenção de computador e acesso à internet em casa são variáveis a ter em conta, uma vez que têm impactos acentuados na frequência e tipo de uso que delas é feito. Verifica-se que 91% das crianças afirmaram ter computador em casa⁴ e 79% com acesso à internet a partir dela.⁵ A privatização das novas tecnologias parece marcar, em força, o cenário das famílias portuguesas com filhos.

É curiosa a diferença registada entre a posse de computador e a existência de ligação à internet relativamente a uma variável independente tão estruturante como a idade das crianças ou o ano escolar que frequentam. Face à primeira, detectam-se diferenças estatisticamente significativas; o contrário acontece com a segunda. Como o entender? O efeito diferenciador entre as crianças que têm ou não acesso à internet em casa processa-se fundamentalmente por via da sua classe social, sendo determinantes a escolaridade e a inserção profissional dos progenitores. Quanto mais elevada a escolaridade dos pais, mais comum é o computador e o acesso à internet em casa (quadro 1); a existência de computador e acesso à internet nos domicílios de profissionais científicos, técnicos e de enquadramento faz quase o pleno e é muito elevada nas de empresários e quadros superiores, comparativamente às restantes categorias da estrutura social.

Ao contrário, é nos agregados menos escolarizados e de profissões menos qualificadas que é mais comum a existência de computador em casa sem acesso à internet. Enquanto a posse de um computador representa uma despesa única (ou mesmo nula quando é “herdado”, oferecido ou trazido, por exemplo, do local de trabalho), o acesso à internet implica uma despesa continuada no tempo, um compromisso durável com um operador e a aquisição de novos componentes e actualizações (Livingstone, 2006). É também possível que o computador seja encarado por famílias mais desfavorecidas sobretudo como um instrumento de trabalho e formação, enquanto a internet é encarada como veículo, acessório, de lazer — e portanto um “luxo” desnecessário.

Apesar do poderoso efeito das variáveis clássicas de distinção social (escolaridade e profissão) na determinação da maior ou menor probabilidade do equipamento dos lares onde as crianças inquiridas residem com computadores e ligação à

4 Mais de 49,7% dos agregados domésticos privados no Continente detinham computador em 2008 (INE, 2008). Este aparente desencontro justifica-se pela maior probabilidade de os agregados familiares com crianças dependentes terem mais frequentemente computadores em casa do que os agregados familiares sem crianças dependentes (67% contra 39%) (Eurostat, s/d).

5 Valor também discrepante dos 43% dos agregados domésticos privados no Continente que possuíam ligação à Internet encontrados pelo INE (2008, cf. *supra*).

Quadro 1 Posse de computador e internet em casa por escolaridade e categoria socioprofissional dos pais (%)

		Computador em casa	Internet em casa
Escolaridade dos pais N = 2746	Elementar	80,8	51,4
	Intermédia baixa	88,3	70,6
	Intermédia	95,1	88,0
	Superior	97,2	93,9
Categoria socioprofissional dos pais N = 2786	Empresários, quadros superiores e dirigentes	96,9	90,8
	Profissões intelectuais e científicas e de enquadramento	97,5	93,8
	Trabalhadores administrativos e vendedores	91,1	77,3
	Trabalhadores executantes pluriactivos	86,1	69,2
	Operários, operadores e condutores de máquinas	81,8	55,9

internet, é importante salientar o facto de mais de 50% dos lares de menores recursos (escolares e materiais) possuírem também estes equipamentos e serviços.

Uma tipologia de utilizadores

Apesar da massificação do uso da internet, a relação das crianças com essa tecnologia não é uniforme ou homogénea: uma vez entradas no mundo *online*, diferenciam-nas padrões de práticas e de representações.

Que tipos de usos são declarados (quadro 2)? A pesquisa de informação, para trabalhos escolares⁶ ou sobre temas de interesse pessoal é praticada pela esmagadora maioria das crianças inquiridas. Seguem-se-lhe as práticas comunicacionais: enviar *e-mails* e mensagens instantâneas.⁷ Os usos lúdicos são também indicados pela maior parte dos inquiridos: descarregar música, jogar jogos. Há ainda a salientar as práticas expressivas, como manter um blogue, uma página pessoal ou um perfil numa rede social. No extremo oposto, assinalam-se actividades minoritárias: responder a questionários, votar em sondagens, assinar petições.

Este conjunto de actividades foi objecto de uma análise estatística multivariada, de modo a agregar a informação e a obter novas variáveis independentes que aprofundam as práticas de uso, identificam padrões harmónicos de utilização de segmentos específicos destes conjuntos, e são depois articuladas com as características sociodemográficas dos seus intérpretes. Optou-se pela construção de índices de execução de práticas electrónicas, recodificando os diversos usos da internet em quatro grandes constelações de práticas: comunicativas, educativas, lúdicas e outras (quadro 2). A intensidade de utilização varia entre 1 (baixa) e 3 (elevada).

6 No inquérito realizado por Cardoso e outros (2007), 90% dos jovens inquiridos utilizam o computador e a internet para estudar ou fazer trabalhos de casa.

7 Resultados semelhantes foram obtidos por Reia-Baptista e outros (2006). Os dados apurados por Cardoso e outros (2007) não são inteiramente coincidentes, possivelmente devido à diferente composição etária da amostra e processo de inquirição.

Quadro 2 Práticas de uso da internet (%)

Prática comunicativas N = 3039	Enviar e receber e-mails	77,5
	Usar programa de mensagens instantâneas (Messenger, Skype, etc.)	75,3
	Pôr textos, imagens, música ou vídeos num blogue ou página pessoal (Hi5, Myspace, Facebook)	65,6
	Fazer chamadas de voz (Messenger, Skype, etc.)	50,4
	Participar em <i>chats</i>	27,2
	Participar em fóruns ou grupos de discussão	20,7
Práticas educativas N = 3039	Procurar informação para trabalhos da escola	94,4
	Procurar informação sobre temas que interessam	91,0
	Fazer trabalhos com colegas	79,5
	Consultar a escola virtual, <i>moodle</i> , fazer exercícios para a escola	49,7
Práticas lúdicas N = 3039	Descarregar música, filmes, jogos ou outros programas	73,3
	Jogar <i>online</i> com amigos	62,5
	Partilhar ficheiros (Emule, Limewire)	44,9
Outras práticas N = 3039	Responder a questionários, (<i>quiz</i>) ou votar em sondagens	29,9
	Comprar coisas (músicas, livros, bilhetes, etc.)	21,0
	Assinar petições	10,0

Sobre estes quatro índices de utilização, efectuou-se uma análise de *clusters* (hierárquica, método da distância euclidiana), com o intuito de observar agregados homogêneos de articulação de práticas e da respectiva intensidade de utilização. Identificaram-se quatro perfis de crianças: “os internautas convictos”, “os jogadores inveterados”, “os estudantes aplicados” e “os utilizadores incipientes” (quadro 3). Os “internautas convictos” revelam índices elevados de execução de todas as práticas, excepto a categoria residual de “outras práticas”. Os “jogadores inveterados” têm índices mais altos nas práticas lúdicas e os “estudantes aplicados” nas práticas educativas. Os “utilizadores incipientes” apresentam índices baixos em todas as categorias.

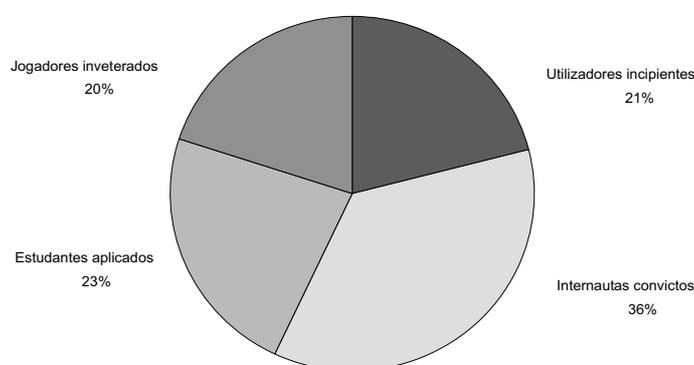
Quanto à distribuição na amostra (figura 1), verifica-se que o perfil dos “internautas convictos” reúne a maior proporção dos inquiridos (36%), seguido do dos “estudantes aplicados” (23%), tendo os restantes dois grupos dimensões equivalentes (em torno dos 20%).

A estes perfis correspondem diferentes características sociais e demográficas. No que respeita ao género (quadro 4) verifica-se uma moderada assimetria nos casos dos “internautas convictos” e “utilizadores incipientes” (uma expressão mais forte do lado dos rapazes no primeiro caso e para as raparigas no segundo). Reproduzindo estereótipos comuns no “mundo real”, *online*, as raparigas surgem expressivamente predominantes entre os “estudantes aplicados”, enquanto os rapazes são claramente maioritários nos “jogadores inveterados”.

Uma das variáveis mais determinantes na composição dos perfis de utilizadores é a idade da criança (quadro 4). As competências, intensidade e diversidade de uso da internet aumentam consideravelmente em função desta. Assim, o grupo dos “internautas convictos” é composto maioritariamente por crianças mais velhas, enquanto as mais novas são predominantes entre os “utilizadores incipientes”. No perfil dos “jogadores inveterados” a distribuição é relativamente

Quadro 3 Perfis de utilizadores da internet segundo as práticas (média)

N = 3039	Internautas convictos	Jogadores inveterados	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes
Práticas comunicativas	2,93	2,02	1,91	1,68
Práticas educativas	2,61	1,54	2,72	1,43
Práticas lúdicas	2,63	2,37	1,25	1,00
Outras práticas	1,36	1,12	1,06	1,04

**Figura 1** Perfis de utilizadores da internet (%)

N= 3039

equilibrada, mas entre os “estudantes aplicados” as crianças até 13 anos estão sobrerrepresentadas.

Atendendo a que existe um desequilíbrio na amostra (por efeito geracional, as famílias das crianças mais novas têm tendencialmente pais com níveis de escolaridade mais elevados que os das crianças mais velhas), analisou-se a composição dos perfis segundo a classificação dos pais por idades (quadro 4). Nota-se, em termos genéricos, um grande contraste entre os vários níveis de escolaridade nas idades mais baixas, com uma posição esmagadora dos “diplomas de ensino superior”; esse predomínio vai-se esbatendo com o avançar da idade, obtendo-se um relativo equilíbrio nas franjas dos 14 e mais anos. Para além da diferente idade de entrada *online*, a diversidade segundo os meios sociais estende-se também à aquisição de competências de uso. Atendamos às crianças com pais com diplomas de ensino superior: entre as mais novas, sobressaem os “estudantes aplicados”; no escalão dos 11-13 anos, os “internautas convictos”; e no seguinte (14-17 anos) os “jogadores inveterados”. Nas crianças com pais de níveis de escolaridade elementar, nota-se que entre a franja dos 8-10 anos a presença de qualquer um dos tipos é mínima; adquire visibilidade nos dois grupos etários seguintes, sobretudo nas categorias dos “estudantes aplicados” e

Quadro 4 Perfis de utilizadores da internet por género e idade dos próprios e escolaridade e grupo socioprofissional dos pais (%)

		Internautas convictos	Jogadores inveterados	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes
Género N = 3013	Rapazes	54,9	63,8	37,1	44,9
	Raparigas	45,1	36,2	62,9	55,1
Idade N = 3013	8-10 anos	18,3	32,1	34,8	41,4
	11-13 anos	34,6	35,6	38,0	36,5
	14-17 anos	47,1	32,3	27,3	22,1
8-10 anos N = 783	Elementar	10,5	11,2	10,7	13,7
	Intermédia baixa	17,7	17,6	14,1	16,8
	Intermédia	19,3	20,6	12,6	16,4
	Superior	52,5	50,6	62,6	53,1
11-13 anos N = 980	Elementar	15,8	11,4	22,3	20,1
	Intermédia baixa	17,8	26,6	23,5	24,4
	Intermédia	21,8	18,5	18,5	14,4
	Superior	44,7	43,5	35,7	41,1
14 ou + anos N = 971	Elementar	18,4	21,0	37,8	35,4
	Intermédia baixa	27,0	23,2	18,6	26,2
	Intermédia	24,6	13,3	18,0	11,5
	Superior	29,9	42,5	25,6	26,9
Grupo socioprofissional dos pais N = 2786	Empresários, quadros superiores e dirigentes	14,6	13,8	12,5	9,5
	Profissões intelectuais, científicas e de enquadramento	36,6	37,2	36,9	40,6
	Trabalhadores administrativos e vendedores	14,2	15,7	12,5	12,7
	Trabalhadores executantes pluriactivos	14,7	12,3	13,3	16,1
	Operários, operadores e condutores de máquinas	19,8	21,0	24,8	21,1

“utilizadores incipientes”. Eis uma curiosa faceta da desigualdade: as crianças de famílias favorecidas experimentam mais cedo as novas tecnologias, e o seu uso contínuo (apoiado pelos pais) fá-las evoluir para formas de utilização extra-educativas mais amplas e diversas. Por comparação, as crianças de famílias desfavorecidas entram mais tarde *online* e registam menores níveis de sofisticação de uso. Esta distância entre padrões de utilização infantis é também replicada quando se associam práticas a categorias socioprofissionais dos pais.

Entre os empresários e quadros dirigentes sobressaem os “internautas convictos” (quadro 4); as profissões científicas e técnicas (sobrerrepresentadas na amostra) dominam em todos os perfis, mas sobretudo nos “utilizadores incipientes” (o que se deverá ao efeito da variável idade); uma proporção ligeiramente superior de trabalhadores administrativos associa-se aos “jogadores inveterados”, e dos grupos profissionais menos qualificados aos “estudantes aplicados”.

Práticas e usos

A diversidade identificada entre perfis de utilizadores reflecte-se também nos usos que as crianças fazem da internet. Para além da caracterização das práticas

Quadro 5 Duração do uso da internet por perfis de utilizadores (média)

N = 3039	Internautas convictos	Jogadores inveterados	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes
Anos de uso da internet (1-4)	3,15	2,88	2,67	2,57
Frequência de uso ao fim-de-semana (1-3)	2,74	2,49	2,31	2,19
Frequência de uso aos dias de semana (1-3)	2,21	1,95	1,62	1,66

(educativas, comunicativas, lúdicas), importa conhecer a extensão no tempo do uso da internet, as formas de aprendizagem da sua utilização e navegação, os objectivos que se associam ao seu uso.

Os “internautas convictos” começaram a utilizar a internet há mais tempo (ao que não é alheia a sua distribuição etária) e a fazê-lo com maior regularidade, tanto aos fins-de-semana como durante a semana (quadro 5). Depois destes utilizadores de longa duração, surgem os “jogadores inveterados”, os “estudantes aplicados” e os “utilizadores incipientes”, ainda que estes tendam a utilizar mais a internet durante a semana que os “estudantes aplicados”.

Verificam-se diferenças significativas por perfis também no que respeita à forma como as crianças aprendem a utilizar a internet e como navegam (quadro 6). Quase metade dos “internautas convictos” afirmam terem aprendido sozinhos, uma proporção que se vai reduzindo sequencialmente nos restantes perfis. A aprendizagem “a solo” indicia o forte carácter de experimentalismo individual, autónomo e de interactividade (com a máquina, com a técnica) de que se reveste a aquisição de competências nesta área.

Ao inverso, a aprendizagem com os pais é mais frequente entre “estudantes aplicados” e “utilizadores incipientes”, o que estará relacionado não só com as qualificações académicas daqueles, como com a própria idade (mais baixa) das crianças. O relevo do papel dos pais singulariza o contexto português relativamente a outros, onde aquele parece ser claramente diminuto ou, mesmo, desencorajador (PIC, 2004). E constitui um dado que vem perturbar a clivagem que muitas vezes se associa às duas gerações, adultos e crianças: aqui, são algumas vezes os pais que desempenham o papel de “nativos digitais”, enquanto os filhos surgem como “imigrantes” em matéria de manipulação de novas tecnologias de informação e comunicação. Um padrão semelhante segue a aprendizagem com professores e com pares, mais frequente nos perfis menos aptos na utilização da internet.

Igualmente importante é o modo como é efectuada a utilização da internet, especialmente no que respeita ao meio através do qual são feitas as pesquisas na World Wide Web. O questionário continha perguntas de resposta múltipla dicotómica acerca do modo como essa navegação é efectuada: páginas incluídas nos favoritos (*bookmarks*); pesquisas nos motores de busca; seguindo as ligações (*links*) nas páginas visitadas; endereços vistos em jornais, revistas ou televisão; páginas sugeridas pelos amigos, pelos irmãos, pelos pais ou pelos professores.

Quadro 6 Aprendizagem do uso, formas de navegação e pessoas com quem a criança comunica na internet por perfis de utilizadores (%)

		Internautas convictos	Jogadores inveterados	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes
Aprendizagem do uso N = 2987	Sozinho	47,0	35,9	27,9	22,4
	Com pais	13,1	19,2	22,8	22,3
	Com irmãos	15,6	17,7	15,2	17,0
	Com professores	4,3	5,5	9,9	10,1
	Com amigos	13,6	15,2	14,9	19,3
	Num curso	6,3	6,5	9,3	8,8
Navegação N = 3039	Autónoma	22,6	15,3	9,6	8,3
	Cumulativa	29,9	14,6	15,8	9,2
	Sugerida	26,7	29,6	37,9	32,3
	Hesitante	20,8	40,5	36,6	50,3
Comunicação N = 2924	Amigos	95,3	83,9	68,8	73,3
	Colegas	90,4	69,7	60,6	64,5
	Outros familiares	77,9	62,1	55,6	56,6
	Irmãos	45,7	33,9	23,1	30,0
	Pai	28,7	21,0	18,9	17,0
	Mãe	26,7	18,1	21,2	18,1
	Desconhecidos	22,7	12,2	9,3	8,0

Para reduzir o amplo conjunto de alternativas de navegação em favor de factores harmonizados e consistentes, efectuou-se uma análise de correspondências múltiplas exploratória deste conjunto de variáveis. Os resultados apontaram para a existência de dois grandes blocos de agregação: um primeiro revelador de uma maior autonomia e capacidade de a criança navegar por conta própria, composto pela resposta positiva às possibilidades “páginas incluídas nos favoritos; pesquisas nos motores de busca; seguindo as ligações nas páginas visitadas; endereços vistos em jornais, revistas ou televisão”; um segundo mais orientado e enquadrado por sugestões efectuadas por outros que lhe são próximos (pais, irmãos, professores e amigos).⁸

Sobre os *object scores* da análise de correspondências múltiplas efectuou-se uma análise de *clusters* (método *ward*), com vista a agrupar as estratégias fundamentais de navegação. Os resultados apontaram para quatro tipos específicos de navegação, mediados por graus diferenciados de autonomia/dependência. O primeiro *cluster* dá conta do primado da “navegação sugerida”, muito centrada nos conselhos e informações dos familiares, professores e amigos. O segundo, mais numeroso, constitui uma “navegação hesitante”, própria de quem ainda não dispõe da segurança ou dos recursos para um navegar proficiente na internet: estas crianças aventuram-se pouco na navegação sem rumo ou mesmo na sugerida por familiares, e vão tímida e aleatoriamente experimentando ora motores de busca ora sugestões de amigos. O terceiro, provavelmente mais experiente, conjuga a navegação sugerida com a navegação sem rumo,

8 Embora o resultado obtido por esta variável estivesse próximo dos valores da “variante autónoma de navegação”, tornando as sugestões dos pares num veículo de construção da autonomia de navegação, entendeu-se privilegiar o sentido da influência da sugestão de outrem, agrupando-a com as restantes.

bem como a utilização intensiva de *bookmarks* e motores de busca, obtendo, assim, uma gama mais alargada dos benefícios da utilização da internet numa “navegação cumulativa”. O último *cluster* destaca-se por privilegiar todas as fórmulas de “navegação autónoma” (navegação sem rumo, *bookmarks* e motores de busca) e desconsiderando a navegação sugerida.

As características fundamentais dos perfis de jovens utilizadores da internet articulam-se estreitamente às diversas formas de navegação electrónica. Enquanto os “estudantes aplicados” estão mais dependentes das sugestões formuladas por pais, professores e amigos (“navegação sugerida”), os “utilizadores incipientes” caracterizam-se pela “navegação hesitante”, os “internautas convictos” tendem a fazer uma “navegação cumulativa” (vários processos de chegar às páginas pretendidas) ou “autónoma”. Os “jogadores inveterados”, regra geral mais jovens e focados na visita a páginas de jogos, navegam menos e de forma mais hesitante do que os restantes.

A internet funciona também como um veículo de comunicação entre indivíduos e as novas tecnologias constituem actualmente um dos instrumentos estruturantes da cultura de pares entre crianças, por isso é determinante ter-se acesso a elas na construção do sentimento de pertença e de identidade (Buckingham, 2008).

Tentou-se analisar de que forma as crianças mantêm contactos e relacionamentos, à distância ou de proximidade, perguntando-lhes com quem comunicam através da internet (quadro 6). Ainda que se verifique que a internet serve sobretudo para comunicar com o grupo de pares (amigos e colegas de escola), é de destacar o peso da família alargada (primos, tios, sobrinhos), em alguns casos fora do país, e mesmo da própria família nuclear (referida por um quarto dos inquiridos). A internet parece reforçar, *online*, laços de comunicação entre pessoas que partilham uma rede próxima no quotidiano *offline*. Por outro lado, 16% das crianças afirmaram comunicar com pessoas que não conhecem, as quais não são necessariamente “estranhos perigosos”, mas outras crianças com quem partilham gostos ou jogos *online*, estabelecendo assim contacto nestes *sites* ou em páginas de redes sociais.

No que respeita à variação dos comportamentos comunicativos segundo os perfis de utilizadores, verifica-se que os “internautas convictos” tendem com maior frequência a utilizar a internet para manter o contacto com todos os tipos de interlocutores considerados, mas destacando-se a comunicação com desconhecidos. Também os “estudantes aplicados” revelam um padrão de comunicação distinto: comunicam menos com amigos, colegas e irmãos que os “utilizadores incipientes” mas substancialmente mais com as mães.

Mediação parental

Um dos temas mais frequentemente abordados na literatura sobre o uso da internet pelas crianças diz respeito aos perigos a que estão expostas e ao controlo ou mediação que os pais exercem sobre as actividades *online* dos filhos (Hasebrink e outros, 2008; Kirwill e outros, 2009).

Pouco mais de metade dos inquiridos responde estar sujeito a regras de utilização impostas pelos pais (55%), percentagem aliás superior entre os mais escolarizados

Quadro 7 Mediação parental por perfis de utilizadores (%)

		Internautas convictos	Jogadores inveterados	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes
Regras de uso da internet N = 1615	Tipo de páginas visitadas	66,7	71,0	73,5	78,1
	Pessoas com quem pode comunicar	57,0	61,9	66,8	66,3
	Tempo de uso da internet	44,0	45,2	52,2	51,8
Controlo da internet e e-mail N = 2392	Ninguém	60,2	55,6	48,7	44,9
	Pais	24,6	25,9	35,0	36,9
Localização do computador em casa N = 2392	Quarto	44,0	40,0	30,3	31,0
	Outra divisão	44,4	44,8	56,4	51,9
Falar sobre as páginas vistas	Falar com alguém N = 2950	87,9	75,3	74,3	71,0
	Falar com pais N = 2323	40,3	39,0	54,9	43,5
	Falar com amigos N = 2324	91,8	82,7	78,2	83,2
Medo ao usar a internet N = 2935		9,4	10,2	16,2	17,0
Marcar encontro com desconhecidos N = 2965		7,2	7,3	3,2	4,0

(64%). As variações por perfis de utilizadores não são significativas. No entanto, quando se aprofunda a análise pelo tipo de regras impostas, já são detectáveis diferenças (quadro 7). Os mais proficientes no uso da internet têm menos regras que todos os outros grupos no que respeita ao tempo passado na internet, às pessoas com quem podem comunicar e ao tipo de páginas que visitam.

Tendo sido no inquérito perguntado às crianças se alguém controlava directamente o seu uso da internet, nomeadamente as páginas visitadas e o correio electrónico, apurou-se entretanto que pouco menos de metade são sujeitas a algum tipo de vigilância, sendo esta essencialmente exercida pelos pais. Cerca de 54%, porém, afirma que ninguém vê as páginas de consulta. “Internautas convictos” e “jogadores inveterados” declaram mais frequentemente não ser vigiados, enquanto os “estudantes aplicados” e os “utilizadores incipientes” reconhecem em maior número o controlo por parte dos pais (quadro 7).

Um dos aspectos que condicionam a vigilância que os pais exercem sobre o uso da internet é a localização do computador em casa. Os computadores colocados em espaços comuns (referidos por perto de metade dos inquiridos) são mais acessíveis ao controlo pelos pais do que os usados nos quartos das crianças (38%). No entanto, a existência de mais que um computador e a vulgarização dos portáteis (perto de um terço dos inquiridos) veio diluir as fronteiras do uso da internet em espaços partilhados ou privados. Também neste aspecto os perfis de utilizadores apresentam diferenças: são os “internautas convictos” e os “jogadores inveterados” que tendem a ter acesso ao computador e à internet no seu próprio

quarto, enquanto mais de metade dos “estudantes aplicados” apenas o pode fazer num espaço partilhado (e mais vigiado) da casa.

Perto de 80% afirmam ter o hábito de discutir com alguém o que vêem na internet. Porém, os interlocutores principais destas conversas não são adultos (pais ou professores) mas sim os pares (86%); perto de metade dos inquiridos recorre também à família (pais ou irmãos). Os perfis de utilizadores apresentam padrões de comportamento muito ligeiramente diferenciados. Os “internautas convictos” são os que mais declaram falar com alguém sobre o que vêem na internet e todos os *clusters* o fazem quase sempre com amigos. No caso dos “estudantes aplicados” o recurso aos pais é também muito frequente.

A internet é muitas vezes retratada como uma fonte de riscos para as crianças: pedofilia, *cyberbullying*, roubo de identidade, exposição a pornografia e a violência. A maioria declara nunca ter sentido medo ao utilizar a internet, mas 13% afirmam ter passado por essa situação alguma vez. Os utilizadores menos competentes e os “estudantes aplicados” são os mais temerosos. Já quanto ao tipo de medos referidos, destacam-se o medo de desconhecidos, de estranhos, seguido do surgimento de problemas informáticos (vírus, os danos no computador ou na internet), o medo de ver imagens assustadoras ou impróprias e, por fim, de infringir as regras estabelecidas pelos pais ou de serem apanhados em transgressão.

Foi perguntado às crianças se alguma vez haviam marcado um encontro com um desconhecido. Ainda que a esmagadora maioria tenha respondido negativamente, quase 6% já o havia feito, sendo tal comportamento mais comum entre “internautas convictos” e “jogadores inveterados”.

Representações

O inquérito procurou captar ainda as representações sobre a internet, apresentando às crianças uma lista de frases sobre as quais teriam de exprimir a sua concordância ou discordância. Em sintonia com dados internacionais, constata-se desde logo que a celebração dos seus aspectos positivos é muito mais frequente do que a referência às representações negativas (quadro 8).

Por outro lado, e para todas estas perguntas, as respostas por perfil de utilizador seguem a mesma gradação: decrescem sucessivamente de valores máximos entre os “internautas convictos” para os valores mínimos entre “utilizadores incipientes”, passando pelos “jogadores inveterados” e os “estudantes aplicados”. A única resposta que inverte a escala (escolhida por cerca de um terço das crianças) é a relativa à afirmação “a maioria das coisas que há na internet não me interessa”, onde se destacam os “utilizadores incipientes” e os “estudantes aplicados”. Os grupos com uma utilização mais intensa e multifacetada da internet são os que mais lhe elogiam potencialidades (informativas, de sociabilidade, educativas) e simultaneamente os que se destacam na minoria que reconhece algumas desvantagens — menos tempo para brincar, ler livros, ver televisão, “falar uns com os outros lá em casa”.

Uma das dimensões que gera quase unanimidade é a facilidade de uso destas tecnologias, resposta típica de “nativos digitais”: “usar a internet é muito fácil”.

Quadro 8 Representações da internet (%)

N = 3039	Internautas convictos	Estudantes aplicados	Utilizadores incipientes	Jogadores inveterados
Na internet quase sempre consigo encontrar a informação de que preciso	93,5	90,8	86,4	90,7
Usar a internet é muito fácil	94,9	85,4	81,3	89,0
Com a internet falo mais com os meus amigos e amigas	93,1	79,1	79,5	81,3
Os meus pais acham que é muito importante que eu aprenda a usar a internet	78,7	74,0	67,9	72,7
Saber usar bem a internet e os computadores é indispensável para no futuro encontrar um bom emprego	81,9	69,2	66,3	73,5
Na internet aprendo coisas que os meus pais não conhecem	75,9	64,9	58,1	68,4
Eu percebo mais da internet que os meus pais	79,1	60,1	57,1	66,9
Eu ajudo os meus pais com o computador e a internet	75,7	62,4	55,3	62,8
Com a internet é mais fácil fazer os trabalhos de casa	68,4	57,1	51,6	61,9
Os adultos têm mais dificuldade em usar a internet do que as crianças	68,6	55,0	51,6	56,0
Com a internet pude conhecer novos amigos e amigas	64,3	41,9	40,6	52,6
Com a internet tenho mais liberdade e sou menos dependente dos meus pais	38,6	23,8	21,5	29,2
Desde que uso a internet consigo ter melhores notas	36,0	24,6	20,2	28,1
Não se pode confiar em toda a informação que se encontra na internet	85,6	83,1	80,5	79,0
Desde que uso a internet leio menos livros	50,6	32,9	35,2	50,4
Desde que uso a internet passo menos tempo a brincar	50,7	36,1	34,0	42,9
Desde que uso a internet vejo menos televisão	47,8	32,2	30,4	41,6
A maioria das coisas que há na internet não me interessa	28,6	36,7	38,3	31,9
Os meus pais acham perigoso que eu use a internet	27,2	38,1	33,7	24,8
Desde que há internet fala-se menos uns com os outros em minha casa	20,5	16,0	14,6	20,8

Quer a utilização genérica quer a procura de “informação de que preciso” suscitam respostas positivas acima dos 80% em todos os perfis considerados, embora os “internautas convictos” se caracterizem por taxas superiores aos restantes grupos.

No que respeita à sociabilidade proporcionada pela internet, é interessante notar que a concordância com a frase “com a internet falo mais com os meus amigos e amigas” (acima de 75% em todos os perfis) é bem mais vincada e unânime do que a correspondente à possibilidade de através da internet poder “conhecer novos amigos e amigas” (com uma variação entre 41% e 64%). Para a maioria das crianças, a presença da internet no seu quotidiano não se fez tanto à custa da perda de laços ou rotinas forjados no mundo real, mas veio alimentar (enriquecer?) práticas e sociabilidades existentes.

No que concerne às perspectivas mais utilitárias da internet (“encontrar um bom emprego no futuro”, “fazer trabalhos de casa”, “ter melhores notas”), a intensidade de adesão é diferente consoante os domínios considerados. Notável para o futuro emprego (respostas entre os 66% e 82%), menos entusiástica para o apoio ao trabalho escolar (mínimo 52%, máximo 68%), modesta como meio de promoção do sucesso escolar (variação entre 20% e 36%). Embora a maioria admita que o recurso à internet facilita a realização dos trabalhos de casa, tal não parece traduzir-se na obtenção de melhores notas — sinal de que as

competências com que se constrói o sucesso escolar formal ainda excluem as que uma navegação competente requer?

Percepções negativas da internet são menos comuns do que as positivas. No entanto, a familiaridade com a internet anda a par do conhecimento dos seus limites. Assim, uma elevada proporção de inquiridos reconhece que não se pode confiar em toda a informação disponível e esses valores são mais elevados no perfil mais competente no uso da internet, seguido do dos “estudantes aplicados”.

Os resultados acima descritos mostram que a internet, mais do que uma ferramenta de trabalho, é para as crianças sobretudo uma forma de entretenimento. Um pouco menos de metade dos inquiridos reconhece que a internet veio ocupar parte do tempo dedicado a outras actividades: ler livros, brincar, ver televisão, dialogar em família. A substituição de outras actividades pela navegação na internet é afirmada sobretudo pelos utilizadores mais intensivos, nomeadamente os “internautas convictos” e os “jogadores inveterados”.

Conclusão

A democratização do acesso à internet é um facto notável nas famílias portuguesas com filhos em idade escolar. Pese embora a estreita margem de excluídos à entrada (20% do total da amostra), ter internet em casa tornou-se um dado adquirido no quotidiano doméstico. A privatização da infância faz-se acompanhar (sustenta-se?) de uma impressionante apropriação familiar de equipamentos e serviços tecnológicos — dos quais o acesso à *web* é dos mais relevantes — postos ao serviço educativo da criança. Esta, porém, transgride (não raro pela mão dos pais, eles próprios consumidores intensivos e qualificados das novas TIC) o estrito domínio pedagógico que lhe é atribuído: os objectivos comunicativos e lúdicos, o uso criativo das ferramentas disponíveis em breve alargam a sua paleta e campos de utilização da internet. Esta capacidade de avançar para outros patamares de proficiência e sofisticação está longe de se distribuir socialmente ao acaso — e por isso aqui se reforça a tese segundo a qual hoje as desigualdades entre grupos de crianças se reproduzem não tanto entre “o ter” e “o não ter”, mas sobretudo nas modalidades e qualidades de uso da tecnologia. É certo que as crianças estão entre os que lideram a adopção e utilização das TIC; mas não todas as crianças — apenas e justamente aquelas cujo meio social de origem é favorecido. Os seus distintos contextos de vida contam e a tecnologia é neles diferentemente adquirida, apropriada, difundida, adoptada e usada. Os resultados a que chegámos contribuem para a desconstrução daquilo que muitos designam como triunfalismo tecnológico. A tecnologia não actua a solo nem sobre tábuas rasas.

A heterogeneidade interna das condições da infância encontra na apropriação das novas tecnologias uma notável ilustração. Há crianças detentoras de saberes e usos diversificados, sofisticados, criativos e proficientes na internet que contrastam com outras, que a utilizam em modalidades mais limitadas, básicas, repetitivas. Há crianças que possuem representações positivas sobre a internet, em geral, vendo nela uma janela de oportunidades (reconhecendo-lhe os riscos

em simultâneo), ao lado de outras com visões mais cépticas e temerosas dos perigos *online*.

Partindo de uma tipologia de práticas, construíram-se quatro perfis de utilizadores que constituem arranjos singulares de práticas comunicativas, educativas, lúdicas ou outras. Os “internautas convictos” (omnívoros nos seus usos, com particular destaque para as práticas comunicativas) reúnem um quarto da amostra; os “estudantes aplicados” (para quem sobressaem as práticas educativas) contam 23%, enquanto os “jogadores inveterados” (onde o peso das práticas lúdicas se destaca) equivalem a 20% e os “utilizadores incipientes” (com índices baixos em todas as categorias) a 21%.

Estes quatro grupos diferenciam-se entre si não só por se associarem a certos contextos sociodemográficos, como a determinados padrões de utilização da internet. Entre os “internautas convictos” sobressaem as crianças mais velhas e os rapazes, os filhos de empresários e dirigentes. Usam a internet há mais tempo e continuamente; aprendem a usá-la a solo, caracterizam-se por uma “navegação cumulativa” e “autónoma”, visitam todos os tipos de páginas, comunicam com todos os tipos de interlocutores e falam com “desconhecidos”; possuem computador e internet no quarto, são pouco vigiados pelos pais, já marcaram encontros com desconhecidos, são grandes entusiastas na apreciação que fazem das vantagens da internet (muito embora identificando riscos e limitações que ela impõe no quotidiano). Os “estudantes aplicados” são sobretudo crianças mais novas e raparigas, provenientes de grupos profissionais mais qualificados nos segmentos mais jovens e o inverso nos segmentos de idade mais avançada. Aprendem a usar o computador e a internet com os pais, realizam uma “navegação sugerida”, são os que menos interagem em redes sociais e mais utilizam as páginas educativas; comunicam pouco com amigos, colegas ou irmãos e mais com as suas mães; são objecto de vigilância e controlo parental, revelam ter tido “medo” *online*. Já os “jogadores inveterados” são sobretudo rapazes, até aos 13 anos de idade, notando-se uma sobrerrepresentação entre os filhos dos trabalhadores administrativos; nas idades mais velhas, destacam-se os pais com níveis de escolaridade superior; estão claramente focados nas práticas lúdicas (jogar *online*), caracterizam-se por uma “navegação hesitante” e muito centrada nos *sites* de videojogos, possuem ligação à internet a partir do quarto, são pouco vigiados e, tal como os “internautas convictos”, já marcaram encontros com desconhecidos e revelam-se grandes defensores das vantagens da internet. Por último, nos “utilizadores incipientes” destacam-se as raparigas e as crianças mais novas, filhas de profissionais científicos e técnicos (que porém dominam em todos os perfis); são os pais que as ensinam a navegar, distinguem-se por uma “navegação hesitante”, registam baixas taxas de visita em todos os tipos de páginas, através da internet comunicam com pares, irmãos e outros familiares (verificando-se os níveis mínimos de contacto com os pais e desconhecidos), são objecto de controlo parental e revelaram ter sentido “medo” *online*.

Os perfis não se arrumam em gavetas incomunicáveis: podem dar origem a padrões de articulação no tempo. O progresso tem a marca do contexto e acontece sobretudo com as crianças de meios favorecidos: de utilizadores incipientes e

estudantes aplicados passam, à medida que crescem, para cibernautas convictos e jogadores inveterados.

Dando voz às crianças, os resultados aqui apresentados espelham uma realidade captada através de uma abordagem metodológica à distância que permite captar a regularidade e diversidade em grande escala. Será crucial, agora, prosseguir o estudo, trazendo para o seu campo um olhar em profundidade que discuta os processos de construção, nos cenários quotidianos e à escala individual, das práticas e representações infantis sobre a internet.

Referências bibliográficas

- Abrantes, José Carlos (2001), *Os Jovens e a Internet. Representação, Utilização, Apropriação* (relatório), Lisboa, Centro de Investigação média e Jornalismo.
- Almeida, Ana Nunes de (2009), *Para Uma Sociologia da Infância*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Ana Delicado, e Nuno de Almeida Alves (2008), *Crianças e Internet. Usos e Representações, a Família e a Escola* (relatório), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Barra, Marlene (2004), *Infância e Internet. Interações na Rede*, Azeitão, Publidisa.
- Brannen, Julia, e Margaret O'Brien (1995), "Childhood and the sociological gaze: paradigms and paradoxes", *Sociology*, 29 (4), pp. 729-737.
- Buckingham, David (2006), *After the Death of Childhood*, Cambridge, Polity Press.
- Buckingham, David (2007), *Beyond Technology. Children's Learning in the Age of Digital Media*, Londres, Polity Press.
- Buckingham, David (org.) (2008), *Youth, Identity and Digital Media*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- Cardoso, Gustavo, e outros (2007), *E-Generation. O Uso de Media por Crianças e Jovens em Portugal* (relatório), Lisboa, CIES-IUL.
- Cardoso, Gustavo, e outros (2009), *Do Quarto de Dormir para o Mundo*, Lisboa, Âncora Editora.
- Danoso, Veronica, e outros (2009), "What we know, what we do not know", em S. Livingstone e L. Haddon (orgs.), *Kids Online. Opportunities and Risks for Children*, Bristol, Polity Press, pp. 19-29.
- Harden, Jeni, e outros (2000), "Can't talk, won't talk?", *Sociological Research Online*, 5 (2).
- Hasebrink, Uwe, Sonia Livingstone, e Leslie Haddon (2008), *Comparing Children's Online Activities and Risks Across Europe. Cross National Comparisons for EU Kids Online*, Londres, EU Kids Online.
- Herring, Susan (2008), "Questioning the generational divide", em D. Buckingham (org.), *Youth, Identity and Digital Media*, Cambridge, MA, The MIT Press, pp. 71-92.
- Keller, Margit, e Veronika Kalmus (2009), "Between consumerism and protectionism: attitudes towards children, consumption and the media in Estonia", *Childhood*, 16 (3), pp. 355-375.
- Kennedy, Tracy, e outros (2008), *Networked Families*, Washington, Pew/Internet.

- Kirwill, Lucyna, e outros (2009), "Parental mediation", em S. Livingstone e L. Haddon (orgs.), *Kids Online. Opportunities and Risks for Children*, Bristol, Polity Press, pp. 199-215.
- Lee, Lisa (2008), "The impact of young people's internet use on class boundaries and life trajectories", *Sociology*, 42 (1), pp. 137-153.
- Livingstone, Sonia (2003), "Children's use of the internet: reflections on the emerging research agenda", *New Media & Society*, 5 (2), pp. 147-166.
- Livingstone, Sonia (2006), "Drawing conclusions from new media research", *The Information Society*, 22, pp. 219-230.
- Livingstone, Sonia, e Magdalena Bober (2005), *UK Kids Go Online. Final Report of the Key Project Findings*, Londres, Media@LSE.
- Livingstone, Sonia, e Ellen Helsper (2007), "Gradations in digital inclusion: children, young people and the digital divide", *New Media and Society*, (44), pp. 671-696.
- Livingstone, Sonia, e outros (orgs.) (2008), *UE Kids on Line. Comparing Children's Online Opportunities and Risks across Europe* (relatório), Londres, LSE.
- Livingstone, Sonia, e Leslie Haddon (2009), *Kids Online. Opportunities and Risks for Children*, Bristol, Polity Press.
- McArthur Foundation (2008), *Digital Youth Research* (relatório final), Berkeley, University of California Press.
- McQuillan, Helen, e Leen d'Haenens (2009), "Young people online: gender and age influences", em S. Livingstone e L. Haddon (orgs.), *Kids Online. Opportunities and Risks for Children*, Bristol, Polity Press, pp. 95-106.
- Pereira, Sara (1998), *A Televisão na Família*, Braga, Universidade do Minho/IEC.
- Pereira, Sara (2007), *Por Detrás do Ecrã*, Porto, Porto Editora.
- PIC (2004), *School in the Network Society*, Barcelona, UOC.
- Pinto, Manuel (2000), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto, Afrontamento.
- Ponte, Cristina, e Nelson Vieira (2007), "Crianças e internet, riscos e oportunidades: um desafio para a agenda de pesquisa nacional", em M. L. Martins e M. Pinto (orgs.), *Comunicação e Cidadania*, Braga, CECS, pp. 2732-2741.
- Prensky, Marc (2001), "Digital natives, digital immigrants", *On the Horizon*, 9 (5), pp. 1-6.
- Prout, Alan (2005), *The Future of Childhood*, Londres, Routledge Falmer.
- Reia-Baptista, Vítor, e outros (2006), *Apropriações dos Novos Media. Jovens Europeus dos 12 aos 18* (relatório síntese), Faro, Projecto MediaPPro.
- Sarmiento, Manuel J. (2000), "Sociologia da infância: correntes, problemáticas", *Sociedade e Cultura*, 2 (13), pp. 145-164.
- Sigalès, Carles, e outros (2009), *La Integración de Internet en la Educación Escolar Española*, Madrid, Ariel/Fundación Telefónica.
- Silverstone, Roger, e Eric Hirsch (orgs.) (1992), *Consuming Technologies*, Londres, Routledge.
- Sirota, Régine (1998), "L'émergence d'une sociologie de l'enfance", *Éducation et Société*, 2, pp. 9-33.
- Tapscott, Don (1998), *Growing Up Digital. The Rise of the Net Generation*, Nova Iorque, McGraw Hill.
- Tsatsou, Panayiota, e outros (2009), "Digital divides", em S. Livingstone e L. Haddon (orgs.), *Kids Online. Opportunities and Risks for Children*, Bristol, Polity Press, pp. 107-119.

- Valentine, Gill, e outros (2004), "Transforming cyberspace", em S. Holloway e G. Valentine (orgs.), *Children's Geographies*, Londres, Routledge, pp. 156-173.
- Viseu, Sofia (2003), *Os Alunos, a Internet e a Escola*, Lisboa, Ministério da Educação.

Fontes estatísticas e bases de dados

- Eurostat (s/d), *Industry Trade and Services, Information Society Statistics*, disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2006), *Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias — 2006*, disponível em: http://metaweb.ine.pt/SIM/Suportes/Questionarios/SR_9720.pdf
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2008), *Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias — 2008*.

Ana Nunes de Almeida. Investigadora coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *E-mail*: ana@ics.ul.pt

Nuno de Almeida Alves. Investigador do CIES-IUL e professor auxiliar do ISCTE-IUL. *E-mail*: nalmeidaalves@iscte.pt

Ana Delicado. Investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *E-mail*: ana.delicado@ics.ul.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso

Baseado num inquérito por questionário a crianças portuguesas, este artigo pretende caracterizar a posse e utilização da internet. Tendo-se verificado que as crianças se agrupam em quatro perfis distintos de utilizadores — os "internautas convictos", os "estudantes aplicados", os "jogadores inveterados" e os "utilizadores incipientes" — demonstra-se que estes perfis são fortemente condicionados por variáveis como o sexo e a idade da criança, o nível de escolaridade e a categoria socio-profissional dos pais. A estes perfis correspondem também diferentes formas de mediação parental e distintas representações sobre a internet.

Palavras-chave crianças, internet, perfis de uso, fosso digital.

Children and the internet in Portugal: usage profiles

On the basis of a questionnaire survey carried out among Portuguese children, this article aims to characterise their possession and usage of the internet. The survey ascertained that the children can be grouped under four distinct user profiles — “confirmed cybernauts”, “applied students”, “inveterate gamers” and “beginners” — and demonstrates that these profiles are highly conditioned by variables such as a child’s sex and age and his or her parents’ educational levels and socio-professional categories. These profiles also correspond to different forms of parental mediation and different representations regarding the internet.

Keywords children, internet, usage profiles, digital divide.

Les enfants et l’internet au Portugal: profils d’utilisation

Cet article a été rédigé à partir d’une enquête par questionnaire réalisée auprès d’enfants portugais, afin de caractériser leur profil d’utilisation d’internet. Cette enquête a permis de regrouper les enfants en quatre profils différents d’utilisateurs — “les cybernauts convaincus”, “les étudiants appliqués”, les “joueurs invétérés” et les “utilisateurs débutants”. Ces profils sont fortement influencés par des variables telles que le sexe et l’âge de l’enfant, le niveau de scolarité et la catégorie socio-professionnelle des parents. À ces profils correspondent aussi différents modes de médiation parentale et différentes représentations de l’internet.

Mots-clés enfants, internet, profils d’utilisation, fossé numérique.

Los niños y la internet en Portugal: perfiles de uso

Basado en una encuesta por cuestionario a los niños portugueses, este artículo pretende caracterizar la posesión e utilización de la internet. Habiéndose constatado que los niños se agrupan en cuatro perfiles distintos de utilizadores — los “cibernautas asumidos”, los “estudiantes aplicados”, los “jugadores compulsivos” y los “utilizadores recientes” — se demuestra que estos perfiles están fuertemente condicionados por variables como el sexo y la edad del niño, el nivel de escolaridad y la categoría socio-profesional de los padres. A estos perfiles le corresponden también diferentes formas de mediación parental y distintas representaciones sobre la internet.

Palabras-clave niños, internet, perfiles de uso, brecha digital.